



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE EDUCAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MÔNICA FELIPE TENÓRIO

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA:
DESAFIOS NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL COM ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA EM GURUPÁ - PARÁ**

GURUPÁ, PARÁ
2023

MÔNICA FELIPE TENÓRIO

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA:
DESAFIOS NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL COM ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA EM GURUPÁ - PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, do *Campus* Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Professor orientador: MSC. Marconde Ávila Bandeira

GURUPÁ, PARÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F313f Felipe Tenório, Mônica.
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA : DESAFIOS NA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM GURUPÁ
- PARÁ / Mônica Felipe Tenório. — 2023.
31 f.

Orientador(a): Prof. Me. Marconde Ávila Bandeira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de
Altamira, Faculdade de Educação, Altamira, 2023.

1. Formação de professores. 2. Educação Especial e
inclusiva. 3. Políticas Públicas. 4. Gurupá – Pará. I. Título.

CDD 370

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA:
DESAFIOS NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL COM ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA EM GURUPÁ - PARÁ**

Elaborado por

MÔNICA FELIPE TENÓRIO

Como requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia

Apresentado em 24 / 01 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSC. Marconde Ávila Bandeira (Orientador)

Prof. Dr. Luiz Carlos Bezerra (Membro da Banca Examinadora)

Profª. MSC. Raimunda do Socorro Rodrigues (Membro da Banca Examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, que sempre estiveram ao meu lado todo esse tempo que estive estudando, sem essa rede de apoio nada disso seria possível, minha mãe, minhas irmãs, minhas sobrinhas, foram fundamental nessa jornada para que eu continuasse persistindo em alcançar o meu objetivo que sempre foi de concluir o ensino superior. Também é com muita estima e carinho que dedico este trabalho ao pai das minhas filhas Ordilei Ricardo por todo o apoio e, o mais importante de tudo as minhas princesas, os grandes amores da minha vida Monique e Maria Luíza que foram fonte inesgotável de incentivo inspiração, todas as vezes que pensava em desisti era nelas que eu buscava forças para continuar proseguindo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente acima de tudo e de todos ao meu Deus Todo Poderoso por ter mim dado força física, mental e espiritual, crescer muito na presença de Deus no decorrer desses 4 anos de Faculdade e por tudo que aconteceu na minha vida de forma geral, tenho certeza que sem a minha fé nada disso seria possível.

A minha família foi essencial, pois, eles fazem parte de todo esse processo, minha mãe Terezinha Alves Felipe, minhas irmãs e sobrinhas que cuidaram de mim e das minhas filhas quando estive estudando.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu companheiro e pai das minhas filhas que esteve e, sempre está ao meu lado me apoiando na minha vida profissional, principalmente na parte financeira, mesmo com todas as dificuldades nunca largou a minha mão.

As minhas filhas Monique e Maria Luíza, que durante a faculdade eu tive elas, foram duas gravidezes, porém, não mudou a minha vontade de continuar estudando, pelo contrário só fazia crescer cada vez mais, porque eu quero ser exemplo de força e superação pra elas e que elas sintam orgulho de mim quando crescerem e comecarem entender as coisas da vida.

Aos meus professores que foram peças fundamentais para o meu crescimento de ensino e aprendizagem, desde o Ensino Básico a Universidade, por cada um deles eu tenho um profundo respeito e carinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		10
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2	METODOLOGIA	19
3	A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE GURUPÁ – PARÁ	21
4	A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS		25
REFERÊNCIAS		27

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: desafios na escola pública municipal com os alunos com deficiência em Gurupá - Pará

MÔNICA FELIPE TENÓRIO¹

RESUMO

Hoje a sociedade tem uma visão mais igualitária sobre os mais variados temas, não poderia ser diferente diante do tópico “inclusão escolar de pessoas com deficiência”. Muito tempo se passou até que este assunto ganhasse sua real relevância, mas agora com as mudanças de pensamentos e de atitudes com relação a Pessoa com Deficiência, a sociedade e seus governantes passaram a dar o devido valor a este tema. Assim sendo, o presente estudo surge com o objetivo de analisar as ações para a Formação Continuada de Professores para atuação na Educação Básica no Curso de Licenciatura em Pedagogia diante dos desafios diários enfrentados na Escola Pública Municipal com os alunos com deficiência de Gurupá – Pará. A abordagem metodológica é qualitativa na modalidade de uma pesquisa documental. O estudo discorrerá primariamente uma breve definição sobre a formação dos professores da Educação Básica e em seguida pontuara a “educação especial e educação inclusiva”, na sequência far-se-á um retrospecto histórico com relação a abordagem deste tema no Brasil, logo em seguida fala-se um pouco sobre os programas voltados a esse gênero de ensino e também o que a lei dispõe acerca da formação dos profissionais da educação desta modalidade de ensino, por conseguinte fala-se da educação especial no âmbito da rede de ensino público do município de Gurupá e ressalta a importância do curso de pedagogia para professores da educação infantil aos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-Chave: Formação de professores; Educação Especial e inclusiva; Políticas Públicas; Gurupá – Pará.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia (2019)
Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
Faculdade de Educação-Campus Universitário de Altamira-Universidade Federal do Pará
E-mail: monicatenoriofm01@gmail.com

CONTINUOUS TRAINING OF TEACHERS FOR BASIC EDUCATION: challenges in the municipal public school with students with disabilities in Gurupá - Pará

ABSTRACT

Today society has a more egalitarian view on the most varied topics, it could not be different in the face of the topic "school inclusion of people with disabilities". Much time passed before this issue gained real relevance, but now with changes in thoughts and attitudes towards Persons with Disabilities, society and its rulers have begun to give due value to this issue. Therefore, the present study arises with the objective of analyzing the actions for the Continuing Training of Teachers to work in Basic Education in the Degree in Pedagogy in the face of the daily challenges faced in the Municipal Public School with students with disabilities from Gurupá - Pará. The methodological approach is qualitative in the form of a documentary research. The study will primarily discuss a brief definition about the training of Basic Education teachers and then punctuate "special education and inclusive education", then a historical retrospective will be made regarding the approach of this theme in Brazil, soon after it speaks a little about the programs aimed at this type of education and also what the law provides about the training of education professionals in this type of education, therefore speaking of special education within the scope of the public education network of the municipality of Gurupá and highlights the importance of the pedagogy course for teachers from early childhood education to the early years of elementary school.

Keywords: Teacher education; Special and inclusive education; Public policy; Gurupá – Pará.

INTRODUÇÃO

O assunto a ser pesquisado surgiu a partir das vivências do cotidiano e observações na sala de aula, as dificuldades apresentadas pelos professores em trabalhar com aluno com necessidade educacional especial, para atuação em classes heterogênea. Para tanto, esta pesquisa tem o foco central em discorrer sobre formação continuada de professores para atuação nas classes heterogêneas, como também de todos os integrantes do corpo escolar, dando ênfase numa educação especial e inclusiva na qual esses alunos possam receber um ensino de qualidade e equidade através dos educadores e por toda a comunidade escolar.

Neste aspecto, a reflexão sobre a importância da formação inicial de professores em atuação na Educação Básica para que se tenham um norte e busquem as melhores alternativas para que o processo de ensino e aprendizagem sejam desenvolvidas junto aos alunos com deficiência dentro das salas de aulas do ensino regular.

Contudo, a formação de professores da Educação Básica e suas dificuldades encontradas em atuar com alunos com deficiência, ao trabalharem com este público nas séries iniciais do Ensino Fundamental os profissionais se sentem inseguros e despreparados ao se depararem com as necessidade educacional especial que são específica de cada aluno com deficiência, seja qual for a modalidade, pelo motivo de não terem o conhecimento prévio sobre as diretrizes e ações das referidas necessidades educacionais especiais daquele aluno que foi inserido na sua sala de aula.

Sabemos que a boa vontade das professoras e sua preparação são condições necessárias, mas não suficientes para garantir uma escola inclusiva. Para Marchesi (2004) criar escolas inclusivas requer muito mais que boas intenções, declarações e documentos oficiais, requer que a sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade com equidade para todos os discentes sem exceção. Além disso, para este autor, a preparação do professor também se constitui condição necessária para o processo de inclusão dos alunos com Necessidade Educacional Especial, em vista de que “É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.” (MARCHESI, 2004, p. 44). Ou seja, não basta só formação, precisa-se de informação, de interesse, competência e habilidade por parte dos profissionais da educação.

Observa-se que entre os professores da Educação Básica, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alguns se encontram em formação, ainda há professores leigos, outros frutos de uma formação muito superficiais, como também professores

formados em outras licenciaturas e sem especialização para atuarem na Educação Especial e, somando-se a estes, ainda estão, os pedagogos, os formados em outras licenciaturas com especialização em outras áreas do conhecimento, como também os formados no Curso Normal do Ensino Médio e/ou Superior (em serviço). Percebemos que nos anos iniciais do Ensino Fundamental contam com um grupo de professores bastante heterogêneos no que refere as suas formações.

Nesta perspectiva, problematizo a questão: quais as principais ações previstas para Formação de Professores da Educação Básica para a atuação na Educação Especial e os desafios enfrentados na Escola Pública Municipal com alunos com deficiência de Gurupá – Pará no período de 2022?

As razões de se fazer uma pesquisa sobre a perspectiva da realização da formação de professores em relação à atuação deles com alunos com necessidade educacional especial, surgiu a partir das dificuldades encontradas por eles em trabalhar com este público com deficiência numa dada realidade encontrada em sala de aula. Sem falar nos anseios citados pelos professores ao se depararem com uma ou mais crianças com algum tipo de deficiência na sua sala de aula devido não estarem preparadas para a situação e pelo fato de não ter conhecimento básico específico e muito menos aprofundado para lidar com a sua rotina escolar. Neste viés, a pesquisa será de suma importância para a comunidade escolar, pois auxiliará para uma visão sobre a problemática em questão, no intuito de nortear em sala de aula em relação aos alunos com deficiência.

Sobretudo, tem a principal finalidade de analisar as ações para a Formação de Professoras para atuação na Educação Básica no Curso de Licenciatura em Pedagogia diante dos desafios diários enfrentados na Escola Pública Municipal com os alunos com deficiência de Gurupá – Pará. Das quais tem a compreensão básica das dificuldades encontradas na sala de aula pelos professores em relação ao trabalhar com alunos com deficiência e também focaliza sobre a atuação desse público na sala regular de ensino, com vista a promoção escolar com desenvolvimento no processo inclusivo.

Para tanto, busca em específico: 1) Identificar como o município lida com a formação de professores para atuação na Educação Básica com os alunos com deficiência; 2) Discorrer sobre as dificuldades encontradas pelos professores nas salas de aulas heterogêneas na especificidade básica das deficiências dos alunos e; 3) Analisar as ações do Curso de Licenciatura em Pedagogia para a formação básica de professores da Educação Básica para atuação na Educação Especial na sala regular de Ensino.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na expectativa de uma formação de professores para se trabalhar na Educação Básica com alunos com necessidade educacional especial, não necessariamente irá solucionar todos os problemas, mas permitirá ao educador adquirir conhecimentos importantes sobre as diversas peculiaridades e especificidades das deficiências que existem, pois públicos com essas características atualmente chegam na sala de aula regular com muito mais frequência, pois conhecem os seus direitos de estarem nesse espaço, como em todos os outros espaços da sociedade, para o bom processo de ensino e aprendizagem se faz necessária a preparação básica dos professores para atuar em uma sala inclusiva.

Vale ressaltar que a deficiência não é uma doença que impossibilite uma pessoa de se desenvolver a aprender, mas sim uma característica, um diferencial que só precisa ser trabalhado de acordo com suas especificidades e necessidades especiais, sejam físicas ou intelectuais, com altas habilidades ou superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento. Por isso, os professores necessitam de formações para serem bons mediadores no processo de ensino e aprendizagem do público-alvo da Educação Especial.

A escola deve também aperfeiçoar sua ação pedagógica, sem considerar a Educação Especial uma parte separada da Educação. Quem educa, educa todos - e melhor, como comprova a experiência de escolas que estão trabalhando com alunos com necessidades especiais. O MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial, apoia as redes estaduais e municipais em projetos de capacitação de professores, desenvolvidos em parceria com as secretarias de Educação (BRASIL, 1999, p. 6).

Dessa maneira, repensar sobre o papel das escolas como instituição educacional e a formação dos professores para atuação na Educação Básica deve ser (re)pensada como base para incluir a equidade e o combate ao preconceito e segregação desses educandos. A formação dos professores, no âmbito da educação especial, é extremamente importante para que o princípio de educação para todos seja realmente colocado em prática, já que, sem esse tipo de instrução seria extremamente difícil lidar com as diferentes situações de ensino que se apresentam hoje nas salas de aula.

Para Marchesi (2004, p. 20), O conceito de “necessidades educacionais especiais” entrou em foco na década de 60. Nesse sentido, essa expressão reflete o fato de que os “alunos com deficiência ou dificuldades significativas de aprendizagem” podem apresentá-las de forma variável, tanto no tempo quanto na gravidade. Isso significa reconhecer que a questão da deficiência não se esgota nela mesma, mas implica outras dimensões, como, por

exemplo, a inserção social da pessoa com deficiência, seu acolhimento por parte da sociedade, etc.

Observando outras características, é possível afirmar que muitas vezes “Os problemas de aprendizagem dos alunos são determinados, em grande medida, por seu ambiente familiar e social e pelas características da própria escola.” (MARCHESI, 2004, p. 20). Percebendo as dificuldades que derivam das diferentes deficiências, família e a escola devem estar sempre atentas aos vínculos pessoais estabelecidos, com vistas a proporcionar confiança em suas potencialidades, criando condições para a superação dessas dificuldades, levando os educandos a superar os obstáculos e se desenvolver da melhor maneira possível.

Com tudo, muitos profissionais que atuam em escolas que ainda não tem atendimento especializado, tem que se adaptar conforme sua demanda, sem que este, em muitos casos, se quer tenha feito algum tipo de estudo específico, isso se deva, talvez, ao fato de esta modalidade de ensino ser relativamente nova no meio educacional, mas mesmo que a oferta integral ainda não esteja totalmente consolidada já existe um grande movimento em torno dela, e futuramente estará firmada, proporcionando assim de forma integral a tão almejada educação para todos.

Torna-se necessário ao professor, em atuação, a reflexão sobre sua formação, seu preparo para atuação na escola básica que está acesso permanência e terminalidade de todos. Pois deste profissional educacional se espera que desempenhe de forma adequada sua prática pedagógica e promova de fato uma educação de qualidade com equidade, considerando a heterogeneidade do grupo (FREITAS, 2006, p. 40). Haja vista que,

[...] preventivamente, cabe examinar a formação inicial de todos os professores, de modo a assumirem a perspectiva da educação para todos ao longo de toda a trajetória profissional, aliando qualidade com equidade.” Pensamos que não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão, é necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, para isso, torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamentada. Que busque capacitar-se, visto que somente a formação inicial pode não ser suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e por vezes difíceis de lidar. O art. 18 Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica dispõe sobre os professores e sua formação para atuar no contexto inclusivo: [...] professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59 da LDBEN [...] a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. (BRASIL, 2001, p.77).

Diante do cenário de como está a formação do professor ou as adaptações das estruturas dos espaços físicos o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)

continuará chegando às escolas, estejam preparados ou não. Para isso é importante que haja uma transformação nesse contexto educacional. Pois,

A educação especial é resultado da mudança de opinião da sociedade, da melhoria das políticas públicas, da pressão imposta ao Estado pelos movimentos sociais, na consolidação de seus direitos como sujeitos sociais e, principalmente na criação de um novo modelo de projeto educativo para a efetivação da educação inclusiva nas escolas (BAÚ, 2014, p. 50).

Assim, haverá uma visão ampla do que este aluno estará fazendo na sala de aula e como o professor estará atuando para promover a aprendizagem, considerando suas características, limitações ou altas habilidades. Sabemos que a escola com o processo de democratização se tornou um dos principais espaço de convivência e de socialização das diferenças do ser humano. Devemos saber que o perfil de uma escola inclusiva é aquele que se preocupa com as especificidades dos educandos. Sobretudo “A escola deve estar organizada de forma que todos os alunos possam conviver e aprender juntos, interagindo, respeitando as diferenças e aprendendo com elas” (BAÚ, 2014, p. 51).

A partir desses pressupostos, como estaria este aluno com NEE inserido no meio apenas para ser mais um a cumprir tabela em uma sala de aula “inclusiva/heterogênea” para socializar ou deixado a sua própria sorte, tentando por si só adaptar-se nesse “meio”?

Mesmo com toda essa construção histórica da Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva, ainda a muito a ser feito, temos um longo caminho para percorrer, principalmente em se tratando de formação e capacitação para os profissionais da educação, precisamos aceitar a formação continuada de professores como um aperfeiçoamento, lhe proporcionando mudanças, adaptações, transformações, construções e conhecimento de qualidade de forma geral. “Para isso é necessário eliminar as barreiras da formação tradicional, na qual o professor é movido a ver o estudante sem suas peculiaridades” (BAÚ, 2014, p. 53).

Ainda para (BAÚ, 2014, p. 53), a maior parte dos professores julgam-se:

[...] despreparados para atender alunos com necessidades especiais: falta-lhes a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias e as condições de trabalho [...]. Os professores já em experiência de educação inclusiva mostram níveis preocupantes de stress, [...] principalmente devido à inexistência de uma formação anterior visando à capacitação para o ensino desse alunado.

Diante dessas especificidades em relação a falta de preparo dos professores para atuar na educação inclusiva, vemos a importância da formação continuada dos mesmo, nessa

perspectiva, novas possibilidades se abrem ao professor, quando este entende que a deficiência não é só uma carência, uma debilidade, mas também uma potência, uma grande força e atitudes, o que em certo sentido é positivo. “A educação especial é modalidade de educação e o processo de inclusão obriga o aceite da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino” (BAÚ, 2014, p. 54).

Diante disso, espera-se que os professores tenham a habilidade de perceber as compensações possíveis, visto que é necessário considerar a capacidade de oferecer os recursos para que uma nova aprendizagem seja possível. Nesse sentido, Santos (2002, p. 37) diz que a “Pedagogia é o único curso de nível superior que possui instrumentos teóricos e experiência na formação de docentes do ensino especial e do ensino regular, capaz de ‘consagrar’ uma formação coerente com os pressupostos da proposta da Educação Inclusiva”.

Por isso é muito importante que o professor tenha uma formação adequada, que possibilite uma atuação de forma consciente e segura, ou seja, sabendo exatamente a metodologia que está usando na sala de aula para que o aluno perceba suas capacidades. Portanto, esse papel, fundamental, cabe ao professor desde que o mesmo esteja capacitado, caso contrário não ocorreria essa percepção e, também esse papel cabe a família torná-las evidentes, visto que todos são capazes de desenvolver seu potencial. No entanto, algumas crianças são tantas vezes expostas, a experiências de fracasso, que acabam acreditando na incapacidade.

Segundo Bueno (2001, p. 23), a Declaração de Salamanca define que: “[...] a expressão ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de suas capacidades ou de suas dificuldades de aprendizagem”. Sabemos que esse termo “Necessidades Educacionais Especiais” abrange, a população deficiente, mas não se restringe somente a ela, mas a todas as pessoas que precisem de um aprendizado ou um cuidado diferenciado temporariamente.

Bueno (2001) ainda aponta que a escola atual não consegue dar conta das diferenças, sejam elas de origem pessoal, social, cultural ou política, e que a inclusão demanda alterações estruturais na escola para que ela seja capaz de oferecer uma educação de qualidade e equidade a todas as crianças. O princípio de inclusão escolar estabelece que as diferenças humanas são normais e que é a escola que tem que se adaptar às necessidades da criança.

Já o termo “Educação Inclusiva” veio entrar em foco com mais assiduidade a partir da declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Esta propõe que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso às escolas de Ensino Regular e que essas instituições

devem se adequar a essa nova demanda, pois, “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (UNESCO, 1994, p. 8-9).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), documento internacional ao qual a organização das nações unidas aderiu em 10 de dezembro de 1948, abre um leque aos direitos das pessoas com deficiências, quando por meio de seu artigo XXVI, capítulo 1, promulga que “Todo ser humano tem direito à instrução. [...]”. E também no capítulo 2 o qual diz que “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais [...]”.

No Brasil o conceito de Educação Inclusiva ganhou respaldo e foi assegurada como política oficial da educação nacional com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 de 1996, a qual vem reforçar o direito à educação pública e gratuita para pessoas com necessidades especiais por meio de seu capítulo 5º, o qual estabelece que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p, 40).

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2001).

Nessa perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple

conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2002).

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2002). Sabemos da importância da disciplina de Libras nos cursos superiores não só nos de licenciaturas mais de todas as áreas do conhecimento, pois a Língua Brasileira de Sinais é no Brasil a primeira língua para as pessoas surdas, assim como também o Braille que é um sistema mundial que foi desenvolvido para garantir que as pessoas cegas tenham acesso a escrita e a leitura.

Em conformidade com a legislação brasileira, o município de Gurupá no estado do Pará também institucionalizou as diretrizes para o atendimento da demanda de alunos com necessidades especiais de ensino, de tal modo, a Lei Orgânica Municipal de 1990, faz menção à educação especial em seu texto, o qual por meio de seus artigos 179 e 180 promulga que:

Art. 179. O atendimento será especializado para os superdotados e para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, inclusive educação para o trabalho, ministrado preferencialmente na rede regular de ensino, nos diferentes níveis, resguardadas as necessidades de acompanhamento e adaptação, garantindo-lhes materiais e equipamentos adequados.

Art. 180. O município organizará e manterá sistema de ensino próprio com extensão correspondente às necessidades locais de educação geral e qualificação para o trabalho, respeitadas as diretrizes e as bases fixadas pela legislação federal e as disposições supletivas da legislação estadual. (GURUPÁ, 1990, p. 83).

Em decorrência do que foi citado sobre a demanda de atendimento de alunos com NEE na Lei Orgânica do Município, observa-se que o mesmo já vem a mais de 30 anos trabalhando no processo de inclusão das pessoas com deficiência como é ressaltado nos seus Art.179, Art.180 sendo respaldado na legislação brasileira de acordo com todas as metodologias necessárias exigido para trabalhar a Educação Inclusiva. A partir desse ponto importante o município vem trabalhando em alternativas para implantar políticas públicas, para melhorar inclusão e a efetivação para que ocorra de fato inclusão no ensino educacional.

Diante de tudo que foi falado acima vale resaltar um pouco sobre o processo histórico da Educação Especial na perspectiva Educação Inclusiva no qual segundo autores e pesquisadores onde tudo começou a ser falado, pesquisado, trabalhado e desenvolvido em nível nacional.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2007, p. 2)

A partir da iniciação desse processo histórico que se deu no Brasil e no mundo, começou a se dá as ações como conferências, convenções e a ser promulgadas as leis que amparam os direitos das pessoas com deficiência e a implemetação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva como rege a Lei maior do país que promulga em seu artigo 205 a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Citando um pouco mas da Constituição e deante do que foi decretado fica ressaltado a importância das pessoas com deficiência a não discriminação das mesmas e a sua autonomia, a liberdade de escolher o que for melhor pra si e para o seu grupo. No dia 21 de Setembro é o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, uma data que marca a construção de mobilizações para a Inclusão Social.

Temos também como texto base o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) para assegurar e garanti o pleno direito de todas as pessoas com deficiência na educação básica independente da sua origem ou etnia, assim como a formação continuada dos educadores. Para tanto na Meta 4, expressa:

Para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, **4.3** implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.

Temos, também mas recente a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Está

Lei tem como base todas as outras leis e decretos que fazem referencia ao direito a Pessoa com Deficiência.

Por fim, até o atual momento á não menos importante temos a assinatura do Decreto 10.502, de 30 de Setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Que por sua vez faz um apanhado histórico e normativo tanto mundial quanto nacional da Educação Especial almejando a tão sonhada Educação Inclusiva, portanto, “inclusiva” não necessariamente exclusiva, se têm outros meios além do ensino regular, que denominamos por salas comuns para desenvolver o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, tem o Atendimento Educacional Especializado com a finalidade de dá suporte ao as escolas e aos professores do ensino regular. “Para tanto, toda educação especial deve ser inclusiva e toda prática de inclusão deve ser compreendida como sendo motivo de atenção especial”. (BRASIL, 2020, P ,15)

Portanto, é necessário criar uma Política Nacional de Educação Especial que amplie e potencialize as possibilidades de escolha dos educandos e das famílias bem como favoreça a ampliação da oferta de serviços especializados e ainda estimule a busca por evidências científicas sobre a melhor forma de educar cada estudante, seja na escola inclusiva, seja na escola ou classe especializada, independentemente de diagnósticos e rotulação, pois cada ser humano é único e merece ser tratado com a devida dignidade inerente a essa condição. (BRASIL 2020, p, 20).

Sabemos que só o fato do aluno com necessidades educacionais especiais está matriculado na rede regular de ensino e de frequentar a sala de aula comum, não é o suficiente para garanti o acesso a inclusão é, apenas o primeiro passo de uma longa jornada. Certamente precisa-se considerar outros fatores, como por exemplo, começando pelo transporte desse aluno, o espaço físico das escolas e principalmente a qualidade de ensino desenvolvido pelos professores, para avaliar o aprendizado e benefícios desses educandos ao longo do processo educacional.

Assim, são reafirmados os direitos que as pessoas com deficiências, que conquistaram ao longo de muitos anos, isso faz com que aos poucos o princípio da educação para todos seja realmente colocado em prática, princípio este que está começando a se tornar

cada vez mais palpável na sociedade contemporânea.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica é de finco qualitativa, pois se utiliza de vários procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados, entre estes a pesquisa documental. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. As características da abordagem qualitativa, para Creswel (2007, p. 186), “chama atenção para o fato de que na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Outro aspecto é que a análise dos dados tende a um processo indutivo”. Para Martinelli (1999 p. 115): “[...] O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar”.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científico ou analiticamente. Os documentos analisados podem ser atuais ou antigos, e podem ser usados para contextualização histórica, cultural, social e econômico de um lugar ou grupo de pessoas em determinado momento da história. Por essa razão, é um tipo de pesquisa bastante utilizado nas ciências sociais e humanas.

Para isso ela se estrutura em três etapas: a pré-análise, a organização dos documentos, a análise dos documentos e a análise dos resultados. Na primeira fase o pesquisador definirá quais são os objetivos da pesquisa documental, ou seja, quais perguntas pretende responder a partir da análise dos dados. Nessa etapa, é possível elaborar hipóteses a serem confirmadas ou descartadas ao longo da pesquisa.

A segunda fase a de organização tem o intuito de facilitar a interpretação dos dados, em especial, quando o volume de informações for alto. Nesse momento, é interessante definir categorias que sejam pertinentes aos objetivos do trabalho e até mesmo criar fichas documentais para registrar as constatações sobre cada material analisado.

Com todas as fontes organizadas e classificadas, partimos para o terceiro momento, de fazer a análise das informações. As interpretações dos dados irão confirmar ou rejeitar as hipóteses definidas e contribuir para a solução do problema de pesquisa. Apesar de muito importante, a análise documental por si só pode ter resultados limitados. De acordo com Gil

(2002, p. 62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e, possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE GURUPÁ – PARÁ

Como não poderia ser diferente do que já foi muito citado no texto, o assunto Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tanto no Brasil, assim como mundo afora, as medidas e ações que foram tomadas tanto por órgãos quanto por leis. O município de Gurupá-Pará, também não poderia ficar isento do tema que vem crescendo cada vez mais e no Plano Municipal de Educação (GURUPÁ, 2015) reverência a Educação Especial como sendo uma modalidade de Ensino que perpassa por todos os níveis, etapas, modalidades e realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comum do ensino regular.

As demandas e necessidades do ensino municipal, com isso dentro dos tramentos legais dos órgãos competentes do sistema educacional do município, como a lei Orgânica (GURUPÁ, 1990) e o Plano Municipal de Educação (GURUPA, 2015), e que as secretarias responsáveis principalmente a de Educação que vem tomando providências em relação ao assunto para incluir as pessoas com deficiência, não só na rede regular de ensino como também na sociedade como um todo, através de ações e políticas públicas.

Nesse período que se perpassa os 10 anos do Plano Municipal de Educação a rede municipal de ensino vem trabalhando incansavelmente na implementação da Educação Especial, abrangendo não só as pessoas com alguma deficiência permanente mais todos que precisarem de uma atenção especial momentânea.

Portanto, mediante a tudo que foi estudado, pesquisado e analisado, teve-se acesso a um relatório sobre o processo de Inclusão no Município de Gurupá-Pará, organizado pela professora especialista e também coordenadora em Educação Especial do município, juntamente com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação que faz uma análise da Educação Especial no município. Em 2017, fez-se um levantamento sobre a situação da matrícula de educandos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino municipal, o qual apontou o quantitativo de alunos que estão cadastrados com deficiências no sistema de ensino nos anos de 2017 e 2018.

Nesta perspectiva, informou que “ Tínhamos na rede, matriculados 189 (cento e oitenta e nove) educandos com necessidades educacionais especiais no ano de 2017, já em

2018 foram 157 (cento e cinquenta e sete), tanto na zona urbana quanto na zona rural”. E nesse mesmo período se fez também um apanhado geral de quantas pessoas com deficiência havia em todo município, chegou-se a um quantitativo de 446 com as seguintes deficiências, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdo cegueira, deficiência física, deficiência intelectual, autismo, deficiência múltipla e síndrome de RETT. A partir daí tem-se uma visão mais ampla da realidade educacional especial no âmbito municipal.

Os projetos voltados a inclusão dos alunos com deficiência no município de Gurupá, começaram a serem discutidos e implementados com mais assiduidade a partir de 2018, ano que, em cooperação com o Movimento Pela Inclusão no Marajó, Gurupá foi escolhido para participar de uma formação de Educação Especial com o objetivo de acessar todos os professores da rede pública de ensino. Citando um pouco mais sobre esse projeto o Movimento Pela Inclusão no Marajó é uma política pública com a finalidade de promover ações e estratégias para a visibilidade das pessoas com deficiência na sociedade, na região do Marajó, sabemos as dificuldades que essas pessoas enfrentam em relação a logística, estrutura física e transporte, se leva em conta a falta de profissionais qualificados para atuar no ensino e aprendizagem desses indivíduos, melhorando assim a sua qualidade de vida, não só da pessoa com deficiência como de toda a família.

Levando em consideração os diferentes conceitos nas modalidades que o processo de inclusão apresenta, o município ainda não está totalmente adaptado para o atendimento dos deficientes, por tanto, estão sendo colocados apenas parcialmente em prática os projetos das políticas públicas como por exemplo o funcionamento das salas do Atendimento Educacional Especializado, ou seja, o município de Gurupá, no presente momento, se encontra num processo ainda de Integração das pessoas com deficiência em classes de ensino regular, mesmo que as ações já estejam sendo tomadas, o município ainda não dispõe de todas as estruturas adequadas para atender a este público, mas está aos poucos começando a trilhar o caminho da igualdade e principalmente na busca da equidade entre todos.

Protanto, em meio a esse percurso já estão sendo implantados algumas políticas sociais na rede municipal de ensino como as reformas de adaptação incluindo as salas de atendimento educacional especializado AEE das escolas e também o “Projeto Incluir” (GURUPÁ, 2022) que é o Centro de Apoio Pedagógico Incluir que abrangem todo o a rede municipal. mantido pela **Secretaria Municipal de Educação de Gurupá**, idealizado e fundado pela Secretária Municipal de Educação Francisca Alho e sua equipe técnica, na Gestão do Prefeito Joaozinho Batista, vice- prefeita Iracilda Alho”.

Para que haja o funcionamento do projeto de maneira legal e legítima, buscou-se respaldo legal no Estatuto da Criança e do Adolescente Lei (ECA, nº. 8.069/90), em seu artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”. E também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2010), a educação é pensada como “contribuição essencial” para transformação social. Visando a interação e a inclusão dos mesmos na sociedade.

A partir do início das atividades que serão desenvolvidas por meio do Centro de Apoio Pedagógico Incluir será possível de fato o andamento do processo de inclusão do ensino no município, que ocorrerá em toda rede municipal com o Atendimento Educacional Especializado. Haja vista que o projeto foi criado com o objetivo de se chegar ao acesso de uma educação de qualidade e equidade a todos os educandos que precisem de uma metodologia e de uma aprendizagem diferenciada, dando suporte aos professores, as escolas e principalmente as famílias, com atendimento clínico, psicológico, fonoaudiólogo, e outras demandas que forem necessárias, trabalhando em parceria com a secretaria de saúde, acompanhando a evolução do atendimento educacional especializado, especial. Nesse caso, a intervenção desses profissionais, será fundamental para ajudar na inclusão.

E também, com ênfase na formação dos profissionais com a criação do referido Centro, assim podemos avançar na estruturação de formação continuada dos nossos professores(as), bem como daqueles que atuam nas escolas da Rede como mediadores da aprendizagem. Só ressaltando que o Centro Pedagógico já conta com profissionais capacitado um coordenador com Nível Superior e com especialização e dois Professores com graduação em pedagogia e também com especialização.

4 A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O curso de Licenciatura em pedagogia é de fundamental importância para a formação de professores da educação básica, principalmente para aqueles que já estão atuando na área, que têm experiência, porém, não se têm o conhecimento teórico e o curso de pedagogia serve para dá embasamento e um aprofundamento em toda a prática que os professores já adquiriram na sua vivência em sala de aula, com isso vão

aprimorando a sua prática pedagógica educacional e desenvolvendo novas metodologias para serem aplicadas.

Sabemos que o conhecimento tem um ponto de partida para aqueles que buscam, porém, não se tem um ponto de chegada para aqueles que querem continuar buscando conhecimento, as constantes mudanças que ocorrem na vida ou no mundo de forma geral nos impulsiona a buscarmos cada vez mais conhecimentos.

Portanto, a formação continuada é indispensável para o trabalho docente, através da formação os professores passam a ter um leque de alternativas para conhecer as especificidades de cada aluno e trabalhar de acordo com suas necessidades ou até mesmo com alguma deficiência e, o curso de Licenciatura em Pedagogia dá essa possibilidade ao docente, bem como algumas disciplinas relacionadas a Educação Especial, entre elas Psicologia da educação, Psicologia de Aprendizagem e do Desenvolvimento, Educação Inclusiva e Libras, dando a possibilidade do educador desenvolver o seu trabalho com mais segurança em relação a sua didática de trabalho, com qualidade e equidade entre todos os alunos, até mesmo aqueles que apresentam alguma deficiência, sabemos que não são cursos de Educação Especial, são apenas um conhecimento prévio.

Para que o professor possa se aprofundar, mas no assunto eles precisam buscar outras alternativas como cursos ou especialização na área, assim podendo desenvolver com mais eficácia as suas atividades com os educandos. A formação, seja ela inicial ou continuada ajuda o professor a se tornar reflexivo e meramente preparado para a sua prática pedagógica com métodos e metodologias acerca das necessidades e dificuldades inerentes aos discentes, criando nos professores uma consciência crítica sobre a realidade, exigindo uma atenção maior dentro do ensino e aprendizagem, desenvolvendo uma educação mais satisfatória e inclusiva, fazendo a diferença no contexto educacional.

Para Freire a pedagogia é um ato político: que liberta os indivíduos por meio da “consciência crítica transformadora, que emerge da educação como uma prática de liberdade”. Já para Libâneo a pedagogia é um ato social: que atua na “configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de ser humano”. (LIBÂNEO, 2004, P.30). Sendo assim a pedagogia é um conjunto de saberes que determina a educação como fenômeno tipicamente social e caracteristicamente humano, o campo de estudo da Pedagogia é a Educação, é, uma ciência de caráter psicossocial que recebe influências de outras ciências humanas como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a filosofia a história e a medicina, etc. A

pedagogia abrange o universo global do sistema educacional, estudando métodos e princípios voltados para a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da ideia de fazer uma análise da Formação da Educação Básica de forma geral tendo como principal objetivo a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e a Formação Continuada dos Professores. Dentro deste estudo a pesquisa documental demonstrou que no decorrer do processo histórico sobre a formação de educadores e as mudanças relacionadas a formação para a atendimento de educandos com deficiência em salas regulares, mesmo com todas as dificuldades em que se perpassa esse período de longos anos no cenário educacional em todo território do país, nos dias atuais já se pode observar um grande salto na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e também a formação dos professores. Como não poderia ser diferente o Município de Gurupá-Pará vem trabalhando os paradigmas com um olhar bem mais amplo sobre essa questão por parte dos profissionais da educação e também dos governantes, para que haja de fato a inclusão não só das pessoas com algum tipo de deficiência, mas de toda a sociedade, ou seja, a inclusão não acontece só por um grupo de pessoas, só há inclusão quando todos estão envolvidos.

Com isso, a Rede Municipal de Ensino juntamente com os órgãos competentes mesmo em passos lentos vem tomando providências para a implementação de políticas públicas para promover a inclusão no sistema educacional. Sabemos que a escola se tornou um lugar de acolhimento a todos os que de seus serviços necessitam. Hoje, a escola tem se mostrado cada vez mais empenhada em fazer o atendimento da demanda especial da melhor forma possível, adequando seus espaços físicos, capacitando seus docentes, informando às famílias sobre a importância de se manter os alunos com deficiências nas escolas entre tantas outras ações.

Por tanto, com as legislações vigentes hoje no Brasil, assim como no município de Gurupá, um enorme passo foi dado em direção ao futuro da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Como foi visto, no decorrer do estudo, esta foi uma batalha que se iniciou muitos anos atrás e que até os dias atuais está sendo travada, visando sempre a melhor forma de promover a inclusão, não só no meio educacional, mas também na sociedade em geral, tendo sempre em vista os ideais de erradicação da exclusão e promoção da inclusão,

proporcionando assim a igualdade a equidade e o respeito que as pessoas com necessidades especiais merecem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, 1994.

BAÚ, Marlene Alamini. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Câmpus Medianeira. Volume 02 - Número 10 – 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996. Ministério da Educação. Brasília - DF, 1996. BRASIL.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial. Brasília - DF, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Brasília- DF, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva.

MEC/SEESP. Brasília, 2007.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.956/2001, Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil: Brasil, 2001.

BRASIL. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. p. 96. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial, Instituída pelo Decreto 10.502 de 30 de Setembro de 2020. Brasília, 2020

BUENO, J. G. S. A Inclusão de Alunos Deficientes na Classe Comum do Ensino Regular. Temas sobre Desenvolvimento, 9 (54), 21-27, 2001.

GURUPÁ. Plano Municipal de Educação–PME–2015-2025. Prefeitura Municipal, Sec. Municipal de Educação. Gurupá, 2015.

GURUPÁ. Projeto: Centro de Apoio Pedagógico Incluir. Prefeitura Municipal, Sec. Municipal de Educação. Gurupá, 2022.

MICHELS, Maria Helena. Gestão formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

SANTOS, Márcio de Souza; FOURAUX, Carolina Gonçalves da Silva; OLIVEIRA, Valéria Marques de. **NARRATIVA COMO MÉTODO DE PESQUISA NARRATIVE AS A.**

SANTOS, Thiffanne Pereira dos; REIS Marlene Barbosa de Freitas. A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista travessias.** Goiás. 2016.